



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MEDIDA CAUTELAR n. 2295740-30.2024.8.26.0000

Requerente: EDUARDO RODRIGUES DE LIMA

Requerido: NAHUEL GOMES MEDINA

VISTOS

Instaurado procedimento criminal para apuração dos fatos ocorridos no dia 23 de setembro de 2024, nas dependências do Clube Sírio Libanês, que configurariam, em tese, o crime previsto no artigo 129 do Código Penal, supostamente cometido por NAHUEL GOMES MEDINA contra EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, todos qualificados nos autos.

Apresentada representação pela Autoridade Policial, postulando concessão de medidas cautelares diversas da prisão em desfavor de NAHUEL GOMES MEDINA, com o fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima EDUARDO RODRIGUES DE LIMA.

O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento da representação apresentada pela autoridade policial.

A r. Juíza de Primeiro Grau, na linha do entendimento do Ministério Público, entendeu que não estão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

presentes os requisitos das cautelares requeridas, afirmando que a conduta agressiva em desfavor da vítima teria ocorrido de forma isolada e pontual, inexistindo notícia da existência de reiteração de ameaças prévias ou de acossamento pretérito à vítima ou da ocorrência de atos anteriores de perseguição ao ofendido ou premeditação da prática violenta.

Contra esta decisão o advogado EDUARDO RODRIGUES DE LIMA entrou com RESE para a concessão das medidas protetivas e, simultaneamente, com medida cautelar inominada para a conceder efeito suspensivo ao recurso, impondo as cautelares requeridas.

Inicialmente destaca-se a possibilidade da concessão de medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, bem como, com base no poder geral de cautela, a aplicação de medida cautelar atípica

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL NA CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO A TÍTULO DE DOLO EVENTUAL. MEDIDAS CAUTELARES. PROIBIÇÃO DE PILOTAR EMBARCAÇÃO E COMPARECIMENTO MENSAL EM JUÍZO. NÃO ADEQUAÇÃO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

1. Nos termos do art. 282, inciso I, do Código de Processo Penal, as medidas cautelares diversas da prisão deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e, desse modo, proteger a própria sociedade (ordem pública).

2. Além do mais, por força do poder geral de cautela, de forma excepcional e motivada, não há óbice ao magistrado impor ao investigado ou acusado medida cautelar atípica, a fim de evitar a prisão preventiva, isto é, mesmo que não conste literalmente do rol positivado no art. 319 do CPP, o alcance das hipóteses típicas pode ser ampliado para, observados os ditames do art. 282 do CPP, aplicar medida constritiva adequada e necessária à espécie ou, ainda, pode ser aplicada medida prevista em outra norma do ordenamento.

3. Na hipótese em apreço, em que o réu foi denunciado pela prática de homicídio qualificado e lesão corporal em decorrência de atropelamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

com embarcação, a título de dolo eventual, com base em "rumores" de que, após os fatos típicos, estaria a conduzir embarcações, mostram-se inadequadas as medidas cautelares impostas (proibição de pilotar embarcações e obrigação de comparecimento mensal).

4. Isso porque os fatos típicos ocorreram há mais de dois anos, sem ainda haver pronúncia, impedindo o réu (pescador profissional) de pilotar embarcações, muito embora o Estado, depois dos eventos (morte e lesão), o tenha considerado apto para tanto - diante da posterior Habilitação de Amador do Paciente (Arrais Amador e Motonauta) e da emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), na categoria de pescador profissional -, tudo a evidenciar a inadequação das constrições parciais provisórias.

5. Ordem de habeas corpus concedida para revogar as medidas alternativas aplicadas ao Paciente, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de decretação de novas medidas cautelares, se concretamente demonstrada a necessidade”¹.

No caso dos autos presente a prova da materialidade do crime e indícios de autoria.

O ponto central reside na real necessidade de concessão de medidas em face da possibilidade de reiteração das agressões, o que se passa a apreciar.

Observo que foi feita menção aos candidatos do pleito eleitoral para a Prefeitura da Capital, menção esta que se mostra estranha aos autos. Não ficou claro qualquer participação de candidatos na ocorrência das agressões, motivo pelo qual qualquer análise quanto a isto é despicienda.

Também não se pode permitir o uso eleitoral da Justiça Criminal para favorecer quem quer que seja.

É certo que o qualquer pleito eleitoral traz em seu bojo discussões e alterações acerca de pontos de vista. Porém a Justiça não pode, apesar disto, permitir a ocorrência de atos

¹ STJ – HC 469453/SP – rela. Laurita Vaz – DJe 01.10.2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de violência, omitindo-se.

Existe nos autos afirmação de que NAHUEL GOMES MEDINA já teria tentado agredir outras pessoas em outro debate. Porém, assistindo o link trazido aos autos, observa-se que ele se aproxima de terceiro que o desafia. Ou seja, não fica claro que inicia ou busca um confronto físico.

Porém, é certo de que ele agrediu, com gravidade ainda a ser verificada, o recorrente. Ainda que o recorrente tenha tentado retirar de suas mãos um celular, segundo NAHUEL GOMES MEDINA, não se justifica uma agressão do grau que ocorreu, que se percebe pelas fotografias do rosto e pelos pontos que sofreu EDUARDO RODRIGUES DE LIMA.

A isso se acrescenta a escalada de violência na campanha eleitoral, em especial nos debates, como é fato público e notório, o que deve ser coibido.

Afirma o requerente que sua participação nos debates é crucial neste momento da campanha, não o sendo do agressor.

Porém pelo que consta NAHUEL GOMES MEDINA seria o produtor de áudio visual da campanha, inexistindo prova concreta em sentido contrário. Patente o papel da produção audiovisual, principalmente em face da importância das mídias. Exercendo papel relevante, seu afastamento pode repercutir no pleito eleitoral.

No caso, hoje é sexta-feira, dia do recebimento da presente medida cautelar, existindo novo debate amanhã. A Justiça não pode permitir que o choque de ideias e propostas de uma campanha eleitoral transborde para prática de agressões físicas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tudo indica que o risco de agressões por parte de NAHUEL GOMES MEDINA em relação a EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, caso exista concretamente, ocorra em relação à campanha eleitoral. Porém, com base no poder geral de cautela não se pode prejudicar qualquer dos candidatos a prefeito, influenciando na campanha, sem elementos seguríssimos. Da mesma forma deve a Justiça não só proteger a vítima de novas agressões, como não perder a confiança da população por eventual inércia.

Ante o exposto dou efeito suspensivo para que NAHUEL GOMES MEDINA fique proibido de qualquer contato com EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, seja por meio direto ou indireto; **deverá ser enviado ofício para o local dos próximos debates para que providenciem a entrada separada de NAHUEL GOMES MEDINA e EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, que deverão ficar separados por uma distância mínima de 10 metros – durante o debate, de modo que poderão atender seus candidatos. Após o término dos debates também deverá ser providenciada a saída em separado, devendo constar no ofício o reforço na segurança do local para garantir a separação mínima de ambos.** Quando não estiverem acompanhando os candidatos NAHUEL GOMES MEDINA manter distância mínima de 300 metros de EDUARDO RODRIGUES DE LIMA, não podendo frequentar o mesmo ambiente, ainda que tenha chegado antes.

Int.

São Paulo, 27 de setembro de 2024.

MENS DE MELLO

Relator

Assinatura Eletrônica